



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

OBJETO

Projeto de Lei nº. 47/12, de iniciativa do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Largo para o exercício financeiro de 2.013.

RELATÓRIO

Para serem atendidas as disposições emergentes do artigo 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, do artigo 141, inciso III, Parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo e do artigo 227 e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal, o titular do Poder Executivo do Município de Campo Largo apresenta o Projeto de Lei nº. 47/12 a este Poder Legislativo, no qual prevê a receita e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2.013 da Municipalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Esta pretensão legislativa estabelece, que o orçamento em apreço compreende:

"I - Orçamento fiscal;

II - Orçamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Município de Campo Largo - FAPEN"

III - Orçamento de Investimento das empresas em que o Município e Campo Largo detém a maioria do capital social com direito a voto."

A estimativa da receita, da ordem de **R\$ 216.936.300,00**, está prevista para ser realizada com a arrecadação de tributos, outras receitas correntes e de capital, através do seguinte desdobramento: **a).** receitas do Orçamento Fiscal, tecnicamente classificadas como receitas correntes e receitas de capital, no valor total de **R\$ 184.506.300,00** e, **b).** receitas da Seguridade Social, composta por arrecadações correntes e intra-orçamentárias, perfazendo **R\$ 32.430.000,00**.

E, a fixação de despesas, igualmente, no importe de **R\$ 216.936.300,00**, está programada para ser executada através do: **a).** Orçamento Fiscal, compreendendo as despesas correntes, de capital e a reserva de contingência, no total de **R\$ 183.903.300,00** e, **b).** Orçamento da Seguridade Social, composto por despesas correntes, de capital e reserva do RPPS, totalizando **R\$ 33.030.000,00**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Para a adequação do orçamento-programa às necessidades técnicas da execução de metas físicas e fiscais, no Projeto de Lei em questão foram estabelecidas autorizações prévias para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo promoverem alterações em suas programações orçamentárias, inclusive, no Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN, de acordo com as previsões constantes dos artigos 31, 32 e 33, da Lei Municipal nº. 2.409, 21.09.12, que diz respeito à LDO de 2.013.

Em relação ao conteúdo material desta proposição, contata-se a existência da intenção de compatibilizar integralmente o Projeto de Lei Orçamentária com a programação, com as metas, constantes do PPA e, principalmente, em relação aos valores previstos pela LDO, considerando-se para tanto as alterações recentemente efetuadas na legislação municipal pertinente.

De modo específico, também para a referida adequação, em consonância com as diretrizes fixadas pela LDO/2013 e, principalmente, respeitando orientação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constam deste Projeto de Lei autorizações para a abertura de créditos adicionais suplementares, a serem realizadas dentro da mesma ação orçamentária, nas mesmas categorias econômicas da despesa e nas mesmas fontes de recursos, compreendendo o limite de:

a). **R\$ 15.000.000,00** para o Poder Executivo; e

b). **R\$ 1.000.000,00** para cada um dos orçamentos do Poder Legislativo e do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Com o mesmo propósito de respeitar e, quando se fizer necessário, compatibilizar a programação estabelecida no PPA e na LDO/2013, o Projeto de Lei em questão estabelece dispositivos a serem observados, nas formas previstas pelo artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17.03.64., para a utilização dos recursos do "**superávit financeiro**" apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e, também, se for verificado excesso de arrecadação efetiva ou de tendência no exercício em cada fonte de recursos, quando comparado com o original aprovado nesta Lei.

No que se refere ao Orçamento de Investimentos das empresas em que o Município de Campo Largo detém a maioria do capital social com direito a voto, consta do Projeto de Lei o valor previsto de R\$ 130.000,00 a cargo da COMLAR e de R\$ 5.200.000,00 a cargo da COCEL.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em exame circunscreve-se no âmbito de competência privativa do titular do Poder Executivo Municipal, por previsão expressa do inciso III, do artigo 141, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo e dos artigos 228 e 229, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

É atribuição exclusiva da Comissão de Finanças e Orçamento manifestar-se a respeito desta pretensão legislativa, por disposição das alíneas "a" e "f", inciso II, Parágrafo 2º, do artigo 42, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Destaca-se nesta oportunidade, que ao verificar a tempestividade e o respeito ao prazo de apresentação do expediente legislativo em apreço, em cumprimento ao artigo 228 do Regimento Interno, a Presidência desta Comissão determinou a entrega a todos os Vereadores de cópia deste Projeto de Lei Orçamentária e de seus anexos para as devidas avaliações e exames.

Por força regimental e à exegese dos artigos, 44 da Lei Federal nº. 10.257/01 e 48, da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal verifica-se que o Poder Executivo Municipal apresentou com este Projeto de Lei, cópia do edital de convocação de audiência pública obrigatória à elaboração do feito.

Deve-se ressaltar que, pelos Vereadores que compõe esta Casa de Leis, no prazo que lhes foi assinalado, não foram apresentadas emendas de qualquer natureza a esta proposição legislativa, nos termos do permissivo constante do artigo 156, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo.



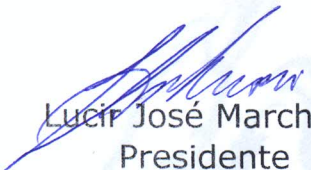
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

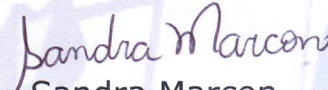
VOTO

Pelo exposto, por entenderem que no âmbito da competência investigatória e de exame por parte da Comissão de Finanças e Orçamento deste Poder Legislativo, que todas as questões levantadas encontram-se perfeitamente dirimidas, seus membros, por decisão unânime, manifestam-se no sentido de recomendar que o Projeto de Lei que trata da estimativa de receita e da fixação da despesa do Município de Campo Largo para o exercício de 2.013, seja submetido à apreciação pelo plenário deste Poder Legislativo!

É o parecer!


Lucir José Marchiori
Presidente


Wilson Andrade
Relator


Sandra Marcon
Membro